



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NICOLAS RENAN TOMAZ LOPES

O IMPACTO DO NACIONALISMO NAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO DO JAPÃO

São Cristóvão

Julho, 2026

NICOLAS RENAN TOMAZ LOPES

O IMPACTO DO NACIONALISMO NAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO DO JAPÃO

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profº. Meº. Corival Alves do Carmo

São Cristóvão

Julho, 2026

O IMPACTO DO NACIONALISMO NAS POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO DO JAPÃO

NICOLAS RENAN TOMAZ LOPES

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Nota: _____

Data de apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Corival Alves do Carmo
(Orientador)

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque - UFS
(Avaliador)

Prof. Dr. Arturo Benito Hartmann Pacheco - UFS
(Avaliador)

RESUMO

O presente trabalho analisa o impacto do nacionalismo nas políticas de imigração do Japão, considerando a formação histórica da identidade nacional japonesa e sua influência sobre a atuação política do Estado no período pós-Segunda Guerra Mundial. A pesquisa parte da compreensão do nacionalismo como fenômeno moderno, construído a partir de símbolos, narrativas e instituições voltadas à consolidação de uma ideia de nação. No caso japonês, observa-se que esse processo foi fortemente marcado pela Restauração Meiji, pela centralidade da figura imperial, pelo xintoísmo de Estado e por discursos de homogeneidade cultural. A partir desse contexto, o estudo examina como setores conservadores, especialmente ligados ao Partido Liberal Democrata, à *Nippon Kaigi* e à *Jinja Honcho*, contribuíram para a manutenção de uma postura restritiva diante da imigração. Embora o Japão enfrente problemas recorrentes de escassez de mão de obra, envelhecimento populacional e queda da natalidade, suas políticas migratórias permaneceram marcadas por ambiguidades, limitações institucionais e mecanismos indiretos de entrada de trabalhadores estrangeiros. Conclui-se que o nacionalismo japonês atua como fator relevante na formulação de políticas migratórias, limitando a adoção de medidas mais amplas e permanentes, ao mesmo tempo em que obriga o Estado a criar soluções pragmáticas e temporárias para atender às demandas econômicas e demográficas do país.

Palavras-chave: Identidade nacional; Imigração; Japão; Nacionalismo japonês; Partido Liberal Democrata; Políticas migratórias.

ABSTRACT

This study examines the impact of nationalism on Japan's immigration policies, considering the historical formation of Japanese national identity and its influence on state political actions in the post-World War II period. Research approaches nationalism as a modern phenomenon constructed through symbols, narratives, and institutions. In the Japanese case, this process was fundamentally shaped by the Meiji Restoration, the centrality of the Imperial figure, State Shinto, and discourses of cultural homogeneity. Within this framework, the study investigates how conservative sectors—like the Liberal Democratic Party, *Nippon Kaigi*, and *Jinja Honcho*—have contributed to maintaining a restrictive stance toward immigration. Despite persistent labor shortages, an aging population, and falling birth rates, migration policies remain characterized by ambiguity, institutional limitations, and indirect entry mechanisms for foreign workers. The study concludes that Japanese nationalism acts as a decisive factor in migration policy formulation, limiting the adoption of broader and permanent measures while forcing the state toward pragmatic, temporary solutions to address the country's economic and demographic demands.

Keywords: Immigration; Immigration policies; Japan; Japanese nationalism; Liberal Democratic Party; National identity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASI	Agência de Serviços de Imigração do Japão
CIA	Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)
PDJ	Partido Democrático Japonês
PLD	Partido Liberal Democrata
PLJ	Partido Liberal Japonês
PSJ	Partido Socialista Japonês
ONGs	Organizações Não-Governamentais
TEPT	Transtorno de Estresse Pós Traumático

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. AS ORIGENS DO NACIONALISMO	11
2.1 Explicando o conceito de nacionalismo	111
2.2 O nacionalismo no Japão	13
3. A IMIGRAÇÃO NO JAPÃO	21
4. A RELAÇÃO DO NACIONALISMO COM A IMIGRAÇÃO NO JAPÃO	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38

1. INTRODUÇÃO

O Japão passou por diversos processos durante o século XX, saindo de um império colonial e expansionista, para uma monarquia parlamentar, ocupando um lugar entre as maiores economias do mundo daquela época (Sakurai, 2007). Partindo desse contexto, um dos problemas que o país presenciou durante seu crescimento no pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi a falta de mão de obra, sentida especialmente nos setores industriais. Uma das estratégias debatidas para lidar com essa problemática foi a imigração de trabalhadores estrangeiros, porém, setores da direita política, constantemente se opuseram a imigração de trabalhadores, entretanto, essa forte repressão contra imigração resultou apenas na confecção de políticas migratórias confusas e péssimas condições para os empregados que iam para o Japão, já que, a imigração foi um recurso utilizado constantemente para aliviar a demanda interna. Atualmente, o Japão continua passando por problemas de mão de obra, acentuado pela queda da taxa de natalidade e o envelhecimento da população (Strausz, 2019; Wakisaka, 2024; Higuchi, 2024).

A direita japonesa que advoga contra a imigração possui crenças relacionadas ao nacionalismo japonês, movimento que surgiu na segunda metade do século XIX, e que advoga por uma idealização de Japão (Sakurai, 2007; Boyd, 2019). O nacionalismo surgiu no continente europeu por volta dos séculos XVIII e XIX, período marcado pela de transição entre o Antigo Regime¹, característico pela presença de monarquias absolutistas e a ausência de direitos civis, para o início da era do nacionalismo², em que os governos foram substituídos por repúblicas e monarquias constitucionais, direitos civis passaram a ser garantidos para uma parte da população, e começou a ascensão do capitalismo industrial como um dos principais vetores econômicos do continente. Dessa forma, para garantir legitimidade os Estados recém reformulados passaram a adotar uma série de medidas que visavam criar uma nova identidade nacional e facilitar e ampliar o papel da burocracia estatal. Tais medidas foram estudadas e

¹ Benedict Anderson (2008) descreve o antigo regime como uma estrutura de poder organizada em torno de centros elevados, na qual a legitimidade do governante não emanava de uma população, mas sim de uma ordem divina que colocava o monarca como uma criatura à parte dos outros seres humanos. Diferente da nação moderna, essa sociedade era composta por súditos vinculados por deveres de lealdade intrinsecamente hierárquicos e centrípetos, e a coesão das aristocracias tradicionais era garantida por uma personalização das relações políticas por meio de alianças sexuais e casamentos dinásticos. No imaginário desse período, os Estados não possuíam soberanias delimitadas de forma homogênea sobre o território, mas sim fronteiras porosas e indistintas onde as autoridades se esvaíam gradualmente umas dentro das outras, o que permitia que dinastias governassem populações imensamente heterogêneas e geograficamente dispersas por longos períodos (Anderson, 2008, p. 48-50; 69; 119).

² Termo utilizado por Anderson (2008) para representar o período em que o nacionalismo, como um produto cultural específico do final do século XVIII, passa a remodelar a consciência das populações (Anderson, 2008, p. 107).

posteriormente alocadas em um novo fenômeno chamado de nacionalismo, definido como um projeto de elite criado para sustentar a unidade nacional e política, criando uma ideia de nação a ser seguida (Hobsbawn, 1990; Anderson, 2008). O fenômeno logo se espalhou pela Europa, se adaptando a realidade de cada país que passava, mas utilizando-se de métodos parecidos. Símbolos nacionais como bandeiras, hinos, feriados foram criados, com o objetivo de implementar na população um senso de pertencimento e dever com o país, atuando quase como uma religião. Além disso, o aparato burocrático se expandiu para acompanhar essas mudanças, aumentando o escopo e poder das instituições públicas (Hobsbawn, 1983; 1990).

O nacionalismo japonês começou a ganhar forma durante a segunda metade do século XIX, momento em que o país passou a sofrer ameaças estrangeiras, particularmente dos Estados Unidos, para abrir suas fronteiras ao comércio internacional, caso contrário, estaria sujeito a retaliação. Dessa forma, representantes das elites militares e econômicas, com medo de uma possível invasão, decidiram que o Japão, para evitar pressão externa, precisava se modernizar, semelhante ao que as potências europeias haviam feito. Para realizar esse feito, os poderes do imperador foram restaurados, dando fim ao xogunato dos Tokugawa, que estavam efetivamente no poder desde o século XVII, e uma série de medidas foram adotadas para ressaltar os poderes do imperador e construir a ideia de pertencimento e submissão ao novo regime. Nesse quesito, foram feitas reformas no sistema escolar, tornando o ensino público e a serviço do Estado, além do resgate de mitos fundacionais xintoístas, com o intuito de reforçar o caráter do imperador e do país (Sakurai, 2007).

Este estudo baseia-se no fato de que, após a Segunda Guerra Mundial, a burocracia imperial e suas ideias não foram completamente descontinuadas, permitindo que setores conservadores, representados especialmente pelo Partido Liberal Democrata (PLD) - que permaneceu no poder de forma quase ininterrupta por mais de 60 anos - como também por grandes grupos lobistas, a exemplo o *Nippon Kaigi* e a *Jinja Honcho*, que possuem influência sobre a formulação de políticas públicas no país. Esses grupos atuam na propagação de pautas que relativizam o passado imperialista e defendem a excepcionalidade japonesa, afetando diretamente a percepção pública sobre os imigrantes, que passam a ser vistos como uma ameaça à identidade nacional (Oda, 2018; Boyd, 2019). Dessa forma, este trabalho busca entender como os discursos nacionalistas, enraizado nos grupos conservadores, interage com as políticas de imigração, bem como debruça-se na visão japonesa sobre estrangeiros e como os imigrantes são tratados. Isso se deve por conta da contradição entre a necessidade material japonesa, agravada pela queda da natalidade e pelo envelhecimento populacional, e a resistência ideológica em aceitar o Japão como um “país de imigrantes” (Higuchi, 2024).

Nesse caso, argumenta-se que o nacionalismo japonês atua como uma constante estrutural - que, ao longo da história, variou em intensidade e visibilidade - que impede a adoção de políticas migratórias frontais e permanentes, forçando o governo a recorrer a mecanismos de "portas laterais", como os vistos para *nikkeijins* e programas de estagiários técnicos. Essa retórica oficial, que evita o uso da palavra imigrante e enfatiza o caráter temporário das medidas, serve para acalmar os setores conservadores, mas acaba por gerar desinformação e dificultar a integração social dos estrangeiros no país (Oda, 2018; Higuchi, 2024; Wakisaka, 2024).

Para fundamentar esse argumento, o trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro capítulo analisa as origens do nacionalismo como fenômeno moderno e as particularidades da construção da identidade japonesa, um fator importante para o nacionalismo japonês, no período Meiji e sua continuidade no pós-guerra. O segundo capítulo dedica-se à história recente da imigração no Japão, detalhando as transformações legislativas e a postura do governo, desde a década de 1950, sobre como lidar com os estrangeiros presentes no país e das crises de mão de obra recorrentes durante o resto do século XX. Por fim, no terceiro capítulo, examina-se a relação direta entre o nacionalismo e as políticas de imigração, abordando também momentos em que o nacionalismo foi superado em favor da imigração, além de especificidades do cotidiano de estrangeiros e pessoas de ascendência mista no país.

2. AS ORIGENS DO NACIONALISMO

2.1 Explicando o conceito de nacionalismo

O conceito de nacionalismo é muito debatido e recebe diferentes significados a depender do autor e do período em que é analisado. No entanto, certos estudos se complementam e corroboram para um maior entendimento do conceito. Eric Hobsbawn (1990) se utiliza da definição de Gellner, que caracteriza o nacionalismo como um princípio político que sustenta que a unidade política e a unidade nacional devem ser congruentes, e além disso, diferente de outros autores, Hobsbawn afirma que o nacionalismo precede a nação, o que significa que as nações não surgem naturalmente para serem despertadas, mas são construídas por movimentos e ideologias nacionalistas. O autor entende a nação como uma entidade social moderna, existindo apenas na medida em que se relaciona com um tipo específico de Estado territorial moderno, em contraste com as visões nacionalistas do que seria a nação.

Benedict Anderson (2008), primeiramente, busca estabelecer um sentido para nação, a qual ele define como “uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (Anderson, 2008, p. 32). Imaginada pois nunca os membros de uma nação se conhecerão, embora tenham em mente um senso de comunhão; ela é limitada devido a estar contida por suas fronteiras; soberana por não estar sob controle de uma entidade maior; e ela é uma comunidade porque, independente das desigualdades e explorações, a nação é entendida como uma camaradagem horizontal. Anderson entende o nacionalismo como um produto cultural específico, tendo surgido pelo cruzamento de forças históricas, como o capitalismo editorial e a tecnologia da imprensa, e, além de que, o trata mais como conceitos de "parentesco" ou "religião" do que como ideologias políticas como o liberalismo ou fascismo.

Por fim, Anthony D. Smith (2010) faz uma análise de diversos significados que o conceito teve, e estipula que o nacionalismo é uma ideologia que coloca a nação no centro de suas preocupações e ativamente busca por seu bem-estar, em que a nação, para o autor, se refere a uma comunidade nomeada que habita uma terra natal estipulada com mitos comuns, história compartilhada, uma cultura pública distinta e leis e costumes comuns aos membros. Dessa forma, em suas análises, o autor estipulou três objetivos genéricos para o nacionalismo, que são: autonomia nacional, unidade nacional e identidade nacional, e que, para os nacionalistas, uma nação não poderia existir sem um grau suficiente dos três.

Seguindo o exposto pelos autores, o nacionalismo pode ser entendido como um fenômeno moderno, podendo existir somente com a consolidação do Estado moderno, intrinsecamente ligado com o Estado territorial e a soberania, em outras palavras, o direito de

exercer o controle sobre um determinado território sem responder a outro Estado. Além disso, a nação pode ser entendida como uma construção elitista para garantir obediência sobre a população, e, para isso, são criados diversos símbolos com o intuito de formar uma identidade nacional, junto de um processo de uniformização do povo, para criar uma ideia de diferenciação com a população de outros países (Hobsbawn, 1983; Hobsbawn, 1990; Anderson, 2008; Smith, 2010).

Os primeiros movimentos nacionalistas surgem na Europa durante o final século XVIII e século XIX, num contexto pós revoluções francesa e industrial, caracterizado pela ascensão de grupos burgueses, o questionamento da antiga ordem, e a crescente participação dos indivíduos na vida política. Nesse quesito, esse fenômeno aparece como forma de manter a coesão social, tendo em perspectiva a queda de bases clássicas que sustentavam os regimes da época, e por isso, a partir do final do século XIX, aconteceu uma onda de “invenções de tradições” – termo originalmente usado por Hobsbawn (Hobsbawn, 1983) - como festas, hinos, bandeiras e outros eventos de representação nacional, que diferiam de antigas tradições pois as novas foram deliberadamente criadas visando a formação de mitos e rituais para manipular as massas (Smith, 2010). Desse modo, surge o patriotismo, uma “religião cívica”, para garantir a lealdade e que o cidadão comum se identificasse com os interesses da unidade política (Hobsbawn, 1990, p. 104-106).

Além disso, cabe destacar o importante papel que a língua apresenta nos movimentos nacionalistas. Hobsbawn aponta que o idioma passou por um processo de padronização orquestrado pelas elites com fins administrativos e educacionais, de forma a unir artificialmente o povo de certos países, visto que era comum na Europa, no país, existir diversos idiomas e dialetos sendo falados (Hobsbawn, 1990). Em adição, Anderson (2008) argumenta sobre a participação do capitalismo editorial nesse processo, pois, frente a imensidão de línguas e dialetos, certas versões dos idiomas, baseados nas línguas oficiais, foram escolhidos para serem padronizados. Desse modo, esse movimento, segundo Anderson, firmou as bases para a consciência nacional de três maneiras: primeiramente, criou campos unificados de intercâmbio e comunicação, devido aos leitores passarem a se entender através da imprensa, o que gerou sentimento de pertencimento aqueles que entendiam o mesmo idioma; com esse processo de padronização e grande produção, a língua se tornou mais fixa, pois, diferente dos manuscritos da Idade Média, que estavam sujeitos aos hábitos individuais e "inconscientemente modernizantes" dos monges copistas, o livro impresso guardava uma forma constante, capaz de reprodução infinita no tempo e no espaço ; e por fim, línguas oficiais diferentes dos

vernáculos administrativos anteriores foram criadas, devido a escolha dos idiomas e dialetos adaptados baseados na quantidade de falantes (Anderson, 2008).

Isto posto, as observações de cada autor corroboram entre si, promovendo uma análise contínua não excludente, como por exemplo, a ideia de comunidade imaginada de Anderson, que consegue se relacionar com a afirmação de Hobsbawm de que o nacionalismo precede a nação, podendo-se afirmar que primeiro surge o “projeto de nação”, estipulado por grupos de interesse, como apontado em diferentes momentos nos livros dos três autores, para depois ser colocado em prática, geralmente utilizando narrativas de grandeza e de que esses projetos seriam muito anteriores a sua aplicação, remetendo a um passado glorioso que precisa ser retomado (Smith, 2010). Somado a isso, a língua operou uma função muito importante para o nacionalismo, ao facilitar o entendimento entre pessoas de diferentes partes do mesmo país, falantes de dialetos diferentes, mas leitoras de um mesmo idioma, o que tornou a língua em um fator de exclusividade e demarcação para movimentos nacionalistas (Anderson, 2008).

2.2 O nacionalismo no Japão

As bases que formam o movimento nacionalista japonês moderno surgem no final do século XIX e início do século XX com a Restauração Meiji, época de transformação política, social e econômica no Japão. Este período é marcado pela reabertura do Japão para comércio com as potências ocidentais, frente a ameaças inglesas e estadunidenses. Desse modo, a intimação acabou por gerar um movimento político interno que, com medo de invasão e exploração, semelhante ao que aconteceu com a China Qing, que tentou resistir ao imperialismo britânico, uma parte da elite aristocrática e militar, junto com elites burguesas, decidiram tomar as rédeas do país, para preservar seus interesses e modernizar o Japão. Para isso, os poderes do imperador foram restaurados – já que antes o comando de fato era exercido pelo xogunato, controlado pela família Tokugawa desde o século XVII – e sua figura serviu como base para as reformas aplicadas subsequentes (Sakurai, 2007).

Com isso, diversas medidas passaram a ser aplicadas para consolidar o novo regime, com as principais sendo: a obrigatoriedade do ensino para crianças e adolescentes – que acabou causando um desentendimento com as classes mais baixas, já que era comum crianças trabalharem e assumirem funções dentro de casa (Sakurai, 2007); o serviço militar obrigatório; e a criação de uma nova constituição, feita com inspirações na constituição prussiana (Anderson, 2008). Nesse quesito, essas imposições ajudaram o governo a implantar seu “nacionalismo de Estado”, pois, ao assumir o controle de diversos estágios da vida social, a narrativa vigente se tornou mais capilarizada e constantemente presente na vida dos cidadãos

japoneses. Anderson afirma que o Japão possuía vantagens únicas para seu processo de construção nacional, como uma relativa homogeneidade etnocultural, advinda de 250 anos de isolamento, o que, por exemplo, tornou fácil o processo de alfabetização, já que, mesmo que a comunicação oral fosse difícil entre regiões, a escrita se manteve a mesma; em segundo lugar, o fato de o Japão ter uma única família real durante toda sua história favoreceu a utilização da figura do imperador para fins nacionalistas; e por fim o medo gerado pelas ameaças imperialistas fomentou a formação de um sentimento de autodefesa com características nacionais, suplementada pela recém formada “comunidade internacional” europeia (Anderson, 2008, p.143-144).

Nesse contexto, como citado anteriormente, as elites dirigentes criaram e passaram a espalhar pela sociedade uma narrativa que lhes garantisse legitimidade e controle sobre a população, e, graças à homogeneidade cultural e ao uso da figura do imperador, lendas antigas foram resgatadas e ressignificadas, com o intuito de tornar a narrativa grandiosa e aceitável entre o povo japonês (Smith, 2010). Com isso, o aparato estatal Meiji utilizou os estudos do *kokugaku* (国学), no conceito *kokutai* (国体) e no xintoísmo de Estado para a formação de sua base ideológica. *Kokugaku* pode ser traduzido como estudos nacionais ou estudos vernaculares, e remete a um movimento intelectual do período Tokugawa que visava a valorização da cultura japonesa nativa, em resposta à predominância do sincretismo nos círculos acadêmicos dominados pelo confucionismo chinês, como também rejeitava as correntes budistas, influentes no país. *Kokutai* pode ser traduzido como estrutura ou corpo político nacional, englobando tanto o sistema de governo quanto a identidade nacional que estava sendo promovida pelo Estado Meiji. E por fim, as correntes xintoístas centradas nos mitos fundacionais presentes no *Kojiki* (古事記) e no *Nihon Shoki* (日本書紀) foram instrumentalizadas para atender os interesses do Estado, formando o que seria chamado de “xintoísmo de Estado”. Nesse quesito, foram resgatadas as ideias de que o primeiro imperador seria descendente da deusa sol *Amaterasu*, e que o Japão era a terra escolhida dos deuses, e, por isso, era superior aos outros países ao seu entorno (Sasaki, 2017; Dias, 2022).

Nesse interim, ainda durante o período Meiji, o Japão entrou em conflito e anexou territórios, como com a guerra Sino-Japonesa (1895) que garantiu ao país partes da Coreia – que seria inteiramente anexada em 1910 até o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 - e China, como a Manchúria e a ilha que hoje é Taiwan, e o conflito com o Império Russo (1904), que reafirmou suas conquistas na guerra Sino-Japonesa e afastou os interesses russos da região. Essas vitórias alegraram as autoridades japonesas, pois reafirmaram seus desejos militaristas,

demonstrando que eles eram possíveis, como também mudaram a visão internacional sobre o país, que agora estava industrializando e havia assumido um novo papel no campo internacional. Além disso, durante o final do período Taisho (1912-1926) e início da era Showa (1926-1989), setores tradicionalistas defendiam a expansão japonesa sobre outros países asiáticos, argumentando que seria dever do Japão liberar esses países dos males vindos do ocidente, além de também propagarem ideias racistas de que os japoneses seriam superiores aos outros povos da região (Sakurai, 2007).

Após a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial em 1945 o país foi ocupado pelos Estados Unidos e forçado a diversas mudanças, como a promulgação de uma nova Constituição (1947) e a renúncia aos direitos divinos do imperador (1946), que representou a primeira vez que um imperador falou abertamente para o povo. Entretanto, diferentemente do que aconteceu com a Alemanha nazista, o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente ou Tribunal de Tóquio (1948), não puniu as autoridades japonesas tão fortemente como foram punidas autoridades nazistas. Dessa forma, a força de ocupação dos Estados Unidos escolheu por manter o imperador Hirohito e a família real no cargo sobre o pretexto de eles representarem a unidade e evitar a desordem social, como também mantiveram o aparato burocrático, bem como boa parte das grandes elites econômicas – grandes conglomerados anteriormente conhecidos com *zaibatsu* - e figuras anteriormente indiciadas como criminosos de guerra, a exemplo de Kishi Nobusuke, que foi mantido preso por pouco tempo, e em menos de dez anos depois de liberto, conseguiu assumir como primeiro-ministro em 1957 (Buruma, 2003; Sakurai, 2007).

Nesse caso, cabe destacar a participação do PLD (Partido Liberal Democrata) na política interna japonesa e como ele se relaciona com a manutenção de ideais nacionalistas no país. Contextualizando, a década de 1950 viu uma enorme turbulência política, caracterizada pela reintrodução de figuras relacionadas com crimes de guerra e ao militarismo expansionista no cenário político, o que culminou na fundação do Partido Democrático Japonês (PDJ), com orientação reacionária e nacionalista. Durante o mandato de Hatoyama Ichirō como primeiro ministro (1954-56), um dos fundadores do PDJ, a população passava por um temor de que as conquistas do período de ocupação fossem revertidas, acabou por impulsionar o apoio ao Partido Socialista Japonês (PSJ), o que culminou, nas eleições gerais de 1955, um terço das cadeiras na Dieta ao PSJ, o que seria suficiente para bloquear qualquer tentativa de emenda à Constituição. Esse cenário acabou por unificar as forças conservadoras, divididas entre PDJ e o Partido Liberal Japonês (PLJ), resultando na criação do PLD no mesmo ano, articulada por Kishi e com apoio dos grandes conglomerados empresariais. O partido ideologicamente

abrange interesses das elites empresariais, com vertentes liberais e conservadoras, mas sempre atuando na defesa dos interesses de entes privados. O PLD tomou a frente da política japonesa quase de forma ininterrupta por mais de sessenta anos, e conseguiu se manter no poder graças a articulações com grandes conglomerados, participações em esquemas ilícitos e com o apoio internacional da CIA (Agência Central de Inteligência) (Buruma, 2003; Kitaoka, 2018).

Dessa forma, discursos e posturas nacionalistas permaneceram como uma base subjacente no Japão, entretanto, Ernani Oda (2018) aponta que entre as décadas de 1960 a 1980 a manifestação política desse nacionalismo esteve sob controle de facções mais pragmáticas e focadas no desenvolvimento econômico, porém, a partir dos anos 1990 os discursos nacionalistas passaram a ganhar mais visibilidade e poder discursivo. Oda em sua análise faz um comparativo entre a década de 1990 e a década anterior, pois, em comparação, nos anos 1980 os discursos eram mais contidos e facilmente contornados.

O objetivo de Oda é demonstrar que não somente o estouro da bolha econômica japonesa durante a década de 1980 resultou no crescimento do nacionalismo, mas também aponta outras duas razões para isso: a descentralização do PLD e as boas relações entre Japão, China e Coreia do Sul. Nesse quesito, o partido nunca foi centralizado em uma frente única, sendo composto por diversas facções que disputavam entre si uma posição de destaque, todavia, por questões eleitorais, os membros acreditavam que a distribuição de diferentes grupos seria benéfica para angariar votos de diferentes esferas da sociedade japonesa, e, por isso, passou a ser adotado um sistema de barganha e concessões mútuas entre as facções. Por conta disso, as alas nacionalistas, que haviam perdido influência, passaram a ganhar mais espaço, podendo barganhar com outros setores para passar sua agenda, que poderiam ser contestadas por outras facções.

Oda destaca também as relações entre o país com a China e Coreia do Sul, sustentadas por três fatores: a influência dos Estados Unidos no Japão, que, sob o contexto de Guerra Fria, incentivava boas relações com a Coreia do Sul, devido ao interesse de sustentar uma parceria entre os países para inviabilizar a influência Soviética, e em relação a China, seu afastamento de Moscou sinalizava para os Estados Unidos uma possibilidade de reaproximação; o segundo fator se refere a convergência de interesses econômicos entre os países, pois a intensificação do comércio entre eles contribuiu para o crescimento das três economias, além da dependência econômica desses países com o Japão, que era responsável por investimentos neles que o beneficiavam; e por fim, estava a aproximação entre elites políticas desses países, pois, o ditador sul coreano Park Chung-hee (1961-1979) havia sido um militar que, até o fim da Segunda Guerra Mundial colaborava com a dominação japonesa na península, e por isso,

relembrar as atrocidades da guerra não seria benéfico para nenhum dos lados, e, em relação a China, existia uma relação concreta entre as elites dos países, fomentadas pelos benefícios econômicos.

Um evento que demonstra a funcionalidade da contenção dos discursos nacionalistas dos anos 1980 é a visita do primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone ao santuário Yasukuni. Nakasone era representante de uma facção nacionalista do PLD que foi beneficiada pelo sistema interno de barganhas, chegando até a se tornar primeiro-ministro em 1982 depois de uma aliança com a facção majoritária da época, liderada por Kakuei Tanaka, que não era nacionalista. Nesse caso, Nakasone prestou homenagens no santuário Yasukuni, construído em 1869 a pedido do imperador Meiji para homenagear soldados japoneses mortos em guerras, e entre elas, estão presentes nomes de pessoas acusadas de crimes de guerra durante a Segunda Guerra Mundial. Essa situação acabou causando um desentendimento principalmente com a China, que acabou sendo mediado pela facção de Tanaka, que era tradicionalmente mais próxima do país e muitos de seus membros possuíam vínculos com líderes chineses. Com isso, o desentendimento foi resolvido e acordado para que isso não se repetisse (Oda, 2018, p. 22-23).

Entretanto, os movimentos adotados durante a década de 1980 acabaram por criar as bases que resultariam na mudança nessa situação. O modelo descentralizado do PLD, no qual as facções estabeleciam vínculos diretos com setores de interesse específicos, acabou favorecendo a corrupção, que, somado ao fracasso do partido em atrair o voto dos grandes centros urbanos, acabaram por minar o apoio popular e levaram à queda do PLD em 1993. O caminho para a reestruturação do partido passou pela reforma eleitoral de 1994, que alterou profundamente a dinâmica de escolha dos parlamentares na câmara baixa, em que, no sistema antigo, como os distritos elegiam de três a cinco representantes, o partido costumava lançar diversos candidatos na mesma localidade, o que dava autonomia às facções para recrutar e bancar seus próprios nomes de forma independente. Com a nova lei, cada distrito passou a eleger apenas um titular, o que forçou o partido a centralizar o processo de seleção e retirar das facções o controle sobre o financiamento e a indicação de candidatos. Após o retorno do PLD ao poder, esse movimento de centralização foi aprofundado por meio de reorganizações administrativas focadas em aumentar o poder do primeiro-ministro, que, como líder do partido, teria uma maior autonomia para unificá-lo (Oda, 2018).

Desse modo, ao diminuir o poder das facções em geral, os mecanismos de contenção dos discursos nacionalistas também foram enfraquecidos, e, sem a pressão de facções mais moderadas, as facções nacionalistas minoritárias acabaram ganhando espaço, pois políticos que

tinham o objetivo de centralizar o partido os viram como aliados contra as facções majoritárias, o que deu aos nacionalistas mais espaço para repercutirem suas ideias. Oda demonstra isso com o primeiro-ministro Junichiro Koizumi, que, no início dos anos 2000, utilizou o apoio de grupos nacionalistas do partido para chegar ao poder, e, com a pressão de facções moderadas em cheque, pôde passar pautas nacionalistas como realizar visitas ao santuário Yasukuni, e o avanço de temas como o revisionismo dos livros didáticos e o fortalecimento militar japonês.

Além disso, os anos 1990 viram a corrosão dos processos contenciosos do nacionalismo também na esfera internacional. Com o fim da Guerra Fria, chegou ao fim o papel contencioso da União Soviética na relação entre os países, e com o fim dessa ameaça, tornou-se mais difícil conter conflitos causados por discursos nacionalistas japoneses. Houve também uma mudança em termos econômicos entre eles, e, mesmo que ainda houvesse cooperação econômica e participação japonesa nos mercados coreanos e chineses, China e Coreia do Sul expandiram sua economia e diversificaram seus parceiros, e, com a crise no Japão, programas de investimento destinado aos dois países foram encerrados, diminuindo sua dependência do Japão. Por fim, houve o enfraquecimento entre os vínculos de importantes figuras políticas, já que, muitas dessas figuras saíram da cena política, e as facções com ligações externas foram enfraquecidas dentro do PLD (Oda, 2018).

Ao longo do final do século XX e começo do século XXI, os movimentos nacionalistas japoneses advogaram pelo resgate de elementos da identidade nacional e da autoridade imperial que foram importantes para o país durante a Restauração Meiji e o período expansionista da primeira metade do século XX (Boyd, 2019). Entre as demandas dos nacionalistas estão: a alteração do artigo 9 da Constituição de 1946, para permitir que o Japão possua Forças Armadas plenas e atue militarmente no exterior; a defesa da reforma dos livros didáticos de história para eliminar o que chamam de uma "visão autodepreciativa" do passado, se referindo a exposição e a culpabilização pelas atrocidades cometidas, por exemplo, na península coreana e China durante a Segunda Guerra Mundial; a legalização da bandeira e hino nacional, banidos também por conta do contexto da Segunda Guerra Mundial, além do retorno de feriados que homenageavam o imperador Showa; e a crença de que a identidade japonesa deve ser reconstruída em torno da família imperial, vista como o elemento essencial e constitutivo da nação (Oda, 2018; Boyd, 2019).

Vale ressaltar também a participação de grupos de interesse privados, de caráter nacionalista, na política japonesa, atuando dentro de partidos, com destaque ao PLD. Boyd (2019) destaca a participação de dois entes, a *Nippon Kaigi* e a *Jinja Honcho*. A *Nippon Kaigi*

(日本会議), traduzido como Conferência do Japão, é o maior grupo de advocacia e lobby voltado à direita do país. A organização foi fundada em 1997, surgindo da fusão de outras duas organizações nacionalistas a “Conferência Nacional para Proteção do Japão” e a “Sociedade para Proteção do Japão”. Nesse quesito, a *Nippon Kaigi* serve como guarda-chuva de outros grupos de direita, intelectuais, líderes de negócios e políticos, além de manter uma divisão no parlamento japonês, a “Liga Parlamentar para a Conferência do Japão” (日本会議国会議員懇談会), que os liga diretamente ao legislativo, além de políticos importantes possuírem ligações com eles, como Shinzo Abe, ex-primeiro-ministro, vinculado ao PLD, que servia como “conselheiro especial” para o grupo. A *Nippon Kaigi* descreve seus objetivos formais como: uma nova constituição adequada para uma nova era; políticas que protejam a reputação do país e a vida das pessoas; criar uma educação que fomente a sensibilidade japonesa; e contribuir para a paz mundial através do fortalecimento da segurança nacional. Graças à sua relação com políticos, a organização conseguiu conquistas substanciais na formulação de políticas públicas, como a reinterpretação da constituição para permitir ações militares japonesas limitadas no exterior, e a introdução de livros didáticos de história revisados nas escolas, que reinterpretam o papel do Japão na Segunda Guerra Mundial.

Em continuidade, Boyd também cita a *Jinja Honcho* (神社本庁), traduzida como “Associação de Templos Xintoístas”, a associação surge no pós-guerra, como um ente privado não governamental vinculado à manutenção dos templos xintoístas. Isso se deve à influência da ocupação dos Estados Unidos, que desvinculou o papel do Estado de questões religiosas, devido a utilização do xintoísmo de Estado como ferramenta política, que afirmava o caráter divino do imperador e do povo japonês. Todavia, com o passar dos anos, o grupo desenvolveu um braço político, a *Shintō seiji renmei* (神道政治連盟) ou “Liderança Espiritual da Associação Xintoísta”, que também atuou por meio de lobby em certas questões, como a legalização da bandeira nacional, a reintegração do hino nacional, e a criação de um feriado, no dia 29 de abril em homenagem ao imperador Hirohito.

Como pôde ser abordado, as bases do nacionalismo japonês moderno surgem com a Restauração Meiji e suas principais demandas são ecos do que foi construído naquele período, como o resgate de um passado mítico. Ideias como o militarismo, a ancestralidade divina japonesa e superioridade racial ainda permeiam o imaginário nacionalista japonês, somados com movimentos mais recentes como a revisão dos materiais didáticos e as atrocidades cometidas referentes à Segunda Guerra Mundial (Oda, 2018). Além disso, o nacionalismo não foi devidamente combatido no país, devido ao interesse que os Estados Unidos tinham no Japão

como aliado estratégico no leste asiático, o que resultou no retorno de figuras controversas da guerra para a política, e a institucionalização de seus ideais em grupos políticos, como o PLD, e a fundação de instituições que mais tarde viriam a participar da vida política, como a *Nippon Kaigi* e a *Jinja Honcho* (Boyd, 2019; Buruma, 2003).

3. A IMIGRAÇÃO NO JAPÃO

A imigração é um tema recorrente e importante para o Japão pós-guerra, especialmente após a década de 1970, quando o país necessitava de mão de obra para suprir a demanda interna, repercutindo até os dias atuais, em que ainda se observa falta de mão de obra, em conjunto com a crise demográfica e o envelhecimento populacional que assolam o país (Strausz, 2019; Higuchi, 2024). Entretanto, a questão é abordada com resistência, pois setores conservadores, principalmente ligados ao PLD, atuam para que a medida se mantenha contida, desse modo, mantendo baixa a quantidade de imigrantes no país, mesmo que isso entre em conflito com o interesse de atores econômicos (Strausz, 2019; Wakisaka, 2024). Por conta disso, a tomada de decisão para a implementação de políticas acaba por ser confusa e difusa, em que diferentes ministérios devem entrar em acordo para a criação de novas medidas, enquanto todos possuem poder de voto com o mesmo peso, e ainda respeitando a “regra de ouro”, estipulando que o Japão deveria aceitar apenas trabalhadores qualificados. Essa situação acabou consolidando a ideia de que futuras modificações em políticas migratórias seriam apenas secundárias, sem interferir nas regras estabelecidas, e não passando por todo o processo oficial de mudanças, que tende a ser desgastante e demorado (Wakisaka, 2024). Além disso, a opinião pública japonesa é, em boa parte, contra a imigração, muito por causa de desinformação propagada pela mídia e políticos, que fomentam confusão entre a população e discursos contra imigrantes, como por exemplo de que muitos estrangeiros no país representariam ameaça a identidade japonesa (Davison *et al.*, 2021; Gregg, 2026; Laurence *et al.*, 2022).

Nesse quesito, cabe fazer uma recapitulação das principais medidas de imigração japonesa do pós-guerra, e demonstrar suas aplicações com o tempo. O Japão, entre o final da década de 1940 e início dos anos 1950, estava se reconstruindo após o final da guerra e sobre controle dos Estados Unidos, e durante esse período, perdeu o domínio sobre os territórios que tinha anexado, como a península da Coreia, a Indochina e a ilha de Taiwan, e, por conta disso, a situação dos migrantes coloniais passou a ser modificada. De início, o país optou por incentivar que os súditos coloniais de etnia não japonesa - majoritariamente coreanos e taiwaneses - retornassem às suas terras de origem aplicando medidas como o fim do direito de voto de cidadãos das antigas colônias, aplicada especialmente por medo de influências políticas dos coreanos. Além disso, a Portaria de Controle de Imigração de 1951 foi estrategicamente utilizada para facilitar a repatriação forçada dessa população não étnica, tratando-os como estrangeiros antes mesmo da perda formal da nacionalidade. Finalmente, em 1952, com a assinatura do Acordo de Paz de São Francisco, o Japão se tornou independente do controle dos Estados Unidos, resultando na retirada unilateral da cidadania japonesa de coreanos e

taiwaneses, separando-os definitivamente da identidade nacional japonesa (Strausz, 2019; Higuchi, 2024).

Após isso, o Japão se tornou um país que mais exportava trabalhadores do que recebia, até o *boom* econômico dos anos 1960 e início dos 1970, que acendeu a necessidade de mão de obra devido à falta de trabalhadores não especializados. Entre esse período, o governo japonês anunciou dois entendimentos de gabinete, em 1967 e 1973, de que o país não receberia trabalhadores não especializados estrangeiros. Strausz (2019) argumenta que esses posicionamentos se deram devido à reserva de mão de obra presente nos setores agrícolas, e que, comparando o Japão com a Alemanha, que também estava em processo de industrialização, em 1961, a força de trabalho na agricultura da Alemanha representava 13.15%, enquanto no Japão o número era de 28.97% (Strausz, 2019, p. 69). Porém, mesmo com essas declarações, empresas japonesas passaram a importar trabalhadores em baixa escala, com trabalhadores aceitos como *trainees* e permanecendo poucos anos em solo japonês (Strausz, 2019).

Em 1981, foi promulgada a principal legislação sobre imigração, a Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados, ou simplesmente Lei de Imigração. Desse modo, de acordo com a lei, a autoridade principal em relação ao controle de trabalhadores imigrantes é o Ministério da Justiça, entretanto, ela estabelece que, no processo de tomada de decisão, deve haver consulta com os outros ministérios, em que todos possuem o mesmo poder de veto, e, caso haja um voto contra uma medida que está sendo votada, ela não pode ser implementada (Wakisaka, 2024).

Ainda durante a década de 1980, outro movimento que aconteceu foi a utilização, por parte de empresas japonesas, da mão de obra de imigrantes em situação irregular, particularmente após 1985, quando o iene se valorizou em relação ao dólar, tornando difícil para pequenas e médias indústrias e construtoras reduzir os custos para competir internamente e externamente. As empresas cooptavam trabalhadores de duas formas: por meio de pessoas que entravam com vistos de estudante, que eram admitidas por falsas escolas de idioma, responsáveis por viabilizar os vistos e garantir álibis para os mesmos; como também por meio de vistos de turista, mesmo que esse visto não permita a pessoa arrumar um emprego no Japão, resultando num aumento dos meios regulatórios de vistos, com destaque a certos países como Paquistão e Bangladesh (Strausz, 2019).

Na época, quando essa situação chegou ao governo, houve diferentes respostas entre os ministérios sobre o tema, o Ministério do Trabalho, por exemplo, considerou a entrada de trabalhadores pela “porta da frente”, para repor quem entrou por “portas laterais”, além de

formar um órgão consultivo com estudiosos de questões trabalhistas, resultando num relatório recomendando a introdução de um sistema de permissão de emprego em 1988. Por outro lado, o Ministério da Justiça afirmou que essa proposta iria infringir sua autoridade sobre o controle de imigração, além de que o ministério estava trabalhando em questões para resolver a situação dos imigrantes irregulares, e via a entrada de trabalhadores estrangeiros como uma ameaça à paz e ordem do que uma solução para a falta de trabalhadores (Higuchi, 2024).

No ano de 1988, em continuidade às outras decisões de gabinete, foi acordado a chamada “regra de ouro”, que reitera a postura japonesa em aceitar apenas trabalhadores especializados. A medida funciona como uma legislação secundária, presente em diversos documentos oficiais posteriores, e, em termos de poder legal, está abaixo da Lei de Imigração e acima de ordens ministeriais e notificações, contando como ordem de governo, pois passou como uma decisão de gabinete, a maior decisão governamental (Wakisaka, 2024).

No ano seguinte, houve uma grande mudança na legislação de imigração pois começou a revisão da Lei de Imigração que viria a entrar em efeito em 1990. Essa revisão foi responsável por trazer quatro grandes mudanças na legislação anterior, influenciando o Japão até os dias de hoje. Primeiramente, foi visada a imigração de trabalhadores qualificados, mesmo que os vistos não fossem divididos por habilidades, mas sim por categorias de emprego, e, entre eles, treze podem ser relacionados a trabalhos qualificados, como engenheiro, professor e administrador. Foram impostas também punições para empresas que contratem funcionários sem os vistos certos ou que tenha entrado no Japão de forma ilegal. Além disso, a revisão formalizou e expandiu o processo de contratação de *trainees* estrangeiros e estagiários de treinamento técnico, criada sob a justificativa de compartilhar conhecimento e ajudar a desenvolver outros países da região, mas que, na época, era entendida por apoiadores e críticos como uma política de imigração que visava trabalhadores menos qualificados. Por fim, foi criado um novo visto para descendentes de japoneses no exterior, ou *nikkeijin* -entre eles estavam brasileiros, chineses, peruanos e entre outros- chamado de “residente de longa duração”. Esse visto tinha o objetivo de atrair trabalhadores não qualificados, porém, com a justificativa de serem descendentes de japoneses (Strausz, 2019).

Nesse contexto, cabe destacar a situação dos *nikkeijin*, pois, eles foram atraídos ao Japão com o objetivo de trabalhar, suprimindo a demanda do país por trabalhadores, porém, isso foi feito utilizando o fato de serem descendentes de japoneses, para não inflamar os setores conservadores sobre a imigração de mão de obra não especializada. Inicialmente foi esperado que os *nikkeijin* se adaptassem a cultura japonesa pois eram descendentes dela, entretanto, aconteceu o oposto, especialmente entre os descendentes originários da América do Sul, como

brasileiros e peruanos, que se entendiam como latinos. Dessa forma, esses imigrantes acabaram por não se integrar totalmente a sociedade, e, devido a morarem em locais precários e não dominarem bem o idioma local, o Ministério da Justiça passou a tratá-los como imigrantes problemáticos, levando à tentativa de restringir a aceitação de *nikkeijin* em 2006, que não foi bem sucedida, e, em 2008, por conta da crise financeira, quase metade deles foram demitidos, o que guiou o governo a incentivar esses imigrantes a retornarem a seus países de origem, custeando suas passagens por exemplo. Além do mais, na mesma época, programas voltados à integração dos *nikkeijin* a sociedade foram criados, como programas de incentivo ao estudo de japonês, o que demonstra a dificuldade do Japão em lidar com essa situação (Higuchi, 2024).

Dando continuidade, no final de 2011, o Ministério da Justiça anunciou a criação de um sistema de pontos para a admissão de estrangeiros, com foco em trabalhadores qualificados, sistema esse já previamente implantado em outros países, com o Canadá sendo o primeiro no final da década de 1960. A medida entrou em efeito na metade de 2012 e visava atrair pesquisadores, técnicos especialistas e especialistas em administração e gestão. O sistema opera garantindo pontos para interessados, o que lhes garante um tratamento preferencial em relação às leis de imigração, em que o ganho de pontos é baseado em fatores como histórico acadêmico, salário, histórico profissional e idade. Todavia, a medida, de início, não atraiu a quantidade de pessoas esperada, resultando assim em várias reformas a partir de dezembro de 2013, que resultou num aumento expressivo de imigrantes que entravam por este meio (Strausz, 2019, p. 75-76; Wakisaka, 2024, p. 7).

No final de 2018, o governo japonês realizou outra grande reforma na Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados, responsável por abrir uma nova “porta frontal” para a entrada de imigrantes. Nesse quesito, a revisão criou novos vistos entre catorze áreas de atuação como agricultura, construção e cuidado de idosos, e, segundo um entendimento de gabinete duas semanas depois, esperava-se aumentar a quantidade de trabalhadores estrangeiros em 345.150 pelos próximos cinco anos. Entretanto, o ex-primeiro-ministro Shinzo Abe constantemente reforçava que a medida era temporária, e que o novo programa não era uma política de imigração e que Japão nunca seria um “Estado de imigração” (Strausz, 2019, p. 88; Higuchi, 2024, p. 147-148; Wakisaka, 2024, p. 2).

Nesse interim, Wakisaka (2024) aponta como a criação de políticas de imigração é complexa, pois, apesar do Ministério da Justiça ser a autoridade principal na produção de medidas migratórias, para ela se tornar efetiva, os outros ministérios devem concordar, pois todos possuem o mesmo poder de voto, e, caso um discorde, a medida é desconsiderada. Além disso, o Ministério da Justiça deve atuar como um moderador entre os ministérios, que possuem

interesses próprios quanto ao tema, como o Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar, que geralmente é restritivo à imigração, em contraste com o Ministério da Economia, Comércio e Indústria, favorável a imigração. Wakisaka (2024) reforça que a falta de um órgão regulador superior aos outros dificulta a produção de uma política nacional de imigração coordenada, resultando em negociações horizontais constantes e sem resultado.

Outro ponto de crítica de Wakisaka (2024) é referente a cultura burocrática dos chamados *Kasumigaseki*, que não são eleitos pela população geral e possuem grande importância na administração e legislação japonesa, trabalhando sobre a supervisão do executivo, o gabinete, realizando funções administrativas e rascunhando legislações. Primeiramente, Wakisaka critica a homogeneidade do grupo, pois seus membros vêm de elites econômicas e acadêmicas, e por possuírem vivências muito semelhantes, suas ideias são muito parecidas, o que resulta na produção de poucas ideias diferentes e inovadoras. Outro ponto é a postura dos burocratas em relação a produção de leis, já que eles buscam a criação de sistemas perfeitos, sem falhas, o que seria irreal, levando-os a preferir o incrementalismo e soluções *ad-hoc* em vez de reformas estruturais, que representam as constantes “portas laterais” criadas como políticas migratórias.

Um aspecto recorrente em relação às políticas de imigração é a forma como políticos se referem a elas, geralmente reforçando que não são políticas migratórias, mas medidas temporárias adotadas para resolução de problemas, também adotam a estratégia de não usar a palavra imigrante, mas sim estrangeiro, e usar palavras plásticas e nomes técnicos para sustentar a retórica que o país não é destino de imigração (Roberts, 2018). Dessa forma, essa retórica é aplicada para acalmar setores conservadores do governo, que constantemente opõem-se às políticas de migração, sob a justificativa de que uma crescente população de imigrantes pudesse se tornar uma ameaça cultural ao povo japonês (Higuchi, 2024). Por conta disso, a população acaba por ser afetada diante dessa confusão proposital, e por vezes é comum a não distinção entre “trabalhador estrangeiro temporário” e “imigrante” no imaginário popular (Davison *et al.*, 2021). Por fim, essa questão acaba acentuando a criação de medidas como “portas laterais” para a entrada de estrangeiros, pois o tabu criado pelo medo do Japão se tornar um foco de imigração, e a sustentação de uma retórica que desvia o foco do que realmente está sendo feito, dificulta a articulação de debates concretos sobre políticas frontais de imigração (Wakisaka, 2024).

Um caso que se destaca entre a admissão de trabalhadores estrangeiros é referente a entrada de enfermeiros e cuidadores de idosos. A partir do final do século passado e início do século atual, o Japão vem se consolidando como um país idoso, em que a porcentagem de

pessoas acima de sessenta e cinco anos saiu de 14,6% em 1995 para 28,7% em 2020, com projeções afirmando que, até 2045, esse valor representará um terço da população (Davison *et al.*, 2021, p. 2578). Por conta disso, como lidar com a população idosa e com o envelhecimento populacional são preocupações para o governo japonês, porém, o país não produz internamente trabalhadores o suficiente para tratar dessa parcela da população, resultando na necessidade de importar enfermeiros e cuidadores de outros países. Durante os anos 2000, o Japão realizou acordos para facilitar a entrada de trabalhadores dessa área com países como Indonésia, Filipinas e Vietnã, entretanto, o país adotava medidas rigorosas para aceitar a entrada de profissionais, resultando numa entrada de pessoas menor do que o necessário para suprir a demanda japonesa. Além de que, internamente, grupos resistiam a essa alternativa, como a Associação de Enfermeiros do Japão (*Kango Kyōkai*), que argumentam se preocupar com as habilidades linguísticas dos profissionais estrangeiros e que não conseguiriam se comunicar bem com os pacientes, além de possíveis problemas entre o trabalhador e o paciente por questões culturais (Strausz, 2019).

Nesse contexto, Davison e Peng (2021) trazem outra perspectiva em relação a opinião dos japoneses sobre esses profissionais. Em seu trabalho, os autores entrevistaram 28 pessoas da prefeitura de Yamanashi e trabalhadores de várias áreas como professores, enfermeiros, gerentes de empresa, chefes de divisão e funcionários da prefeitura, e, durante a entrevista foram levantadas perguntas sobre imigração no Japão. Os resultados apontaram que muitos participantes não sabiam a diferença entre imigrante e trabalhador estrangeiro temporário, além disso, as pessoas que eram contra a imigração sustentavam suas posições sob o argumento de que uma grande entrada de estrangeiros poderia ameaçar a identidade e cultura japonesa, definida pelos entrevistados não apenas como artes ou tradições, mas como um conjunto de valores fundamentais. Entretanto, a única exceção, unânime entre os participantes, foi a imigração de cuidadores de idosos, englobando três fatores: a escassez de mão de obra japonesa no setor; o perigo que essa escassez representa para saúde e os cuidados de idosos; e, a falta de opções, além da imigração, para suprir a falta de profissionais (Davison *et al.*, 2021, p. 2582-2587).

Para explicar a mudança de opinião dos entrevistados quanto aos cuidadores, os autores introduzem o conceito de “divergência pragmática”, que significa a mudança de postura em vista de um maior benefício material ou um grande imperativo pessoal, ou seja, apesar das bases para a resistência à imigração serem a identidade nacional, a urgência quanto ao tratamento da crescente população idosa japonesa força uma abertura pragmática para uma categoria específica de trabalhadores (Davison *et al.*, 2021, p. 2588). Todavia, Davison e Peng

reconhecem a limitação de seu trabalho pois sua metodologia impede os resultados de abranger um escopo maior, muito devido ao tamanho da amostra e o perfil dos participantes, que eram, em maioria, trabalhadores de colarinho branco de alto status, o que pode tê-los predisposto a se opor à imigração por razões baseadas na identidade, pois não se sentiram ameaçados economicamente por não competirem por empregos com estrangeiros (Davison *et al*, 2021, p. 2586).

Em relação a opinião pública, vale a pena realçar o papel da mídia e de políticos na propagação de posturas anti-imigração, pois são produzidas reportagens sensacionalistas sobre crimes de estrangeiros no país, espalhando medo e a percepção de que são mais comuns do que realmente são, e, políticos espalham desinformação sobre o tema para inflamar e confundir o eleitorado, a exemplo da confusão que pessoas apresentam sobre imigrantes e trabalhadores estrangeiros temporários (Davison *et al.*, 2021; Laurence *et al.*, 2022).

Somado a isso, Nagayoshi (2009) acrescenta a ideia de que o tamanho da população de estrangeiros pode afetar as atitudes anti-imigração dos japoneses, se utilizando da teoria da ameaça de grupo para analisar se a competição por recursos e o status social do migrante podem influenciar o preconceito. O autor conclui que trabalhadores manuais podem ser vistos como ameaça direta por classes mais baixas da sociedade japonesa por disputarem recursos com trabalhadores locais - como oportunidades de emprego, a diminuição de salários devido a entrada de mais mão de obra, e o acesso a serviços como saúde e educação, pois uma quantidade maior de pessoas poderia drenar recursos desses sistemas - em contraste com estrangeiros que trabalham como mão de obra especializada, não fomentando o mesmo sentimento de ameaça entre os japoneses. Além de que a nacionalidade também atua como um determinante no preconceito ao imigrante, como por exemplo pessoas da América do Sul e China - descendentes de japoneses ou não - que são associadas a trabalho de baixa qualificação e vistos como etnicamente inferiores, o que agrava uma visão negativa a elas.

Em adição ao exposto por Nagayoshi, Laurence, Igarashi e Ishida (2022), também comentam sobre o impacto do contato com estrangeiros na percepção acerca da imigração, trabalhando igualmente com a ameaça de grupo, estipulando que grandes quantidades de migrantes podem causar medo na população local, gerando receios acerca de questões como emprego, segurança e recursos, todavia, apresentam outra perspectiva de relacionamento no seu texto, que seria o contato entre grupos, argumentando que o contato com estrangeiros pode gerar relações positivas com os nativos, diminuindo o preconceito contra imigração. Os autores justificam essa ideia demonstrando que cidades acostumadas com a imigração há mais tempo

apresentam índices menores de serem contra à imigração, em contrapartida a cidades que não possuíam um contato maior com estrangeiros.

De maneira complementar, Sean Richey (2010) escreve sobre como a visão anti-assimilação impacta o preconceito contra imigração. O autor apresenta três posições em relação a imigração: a crença de que imigrantes deveriam ser encorajados a se adaptar e adotar as perspectivas culturais do novo país, chamado de pensamento assimilacionista; imigrantes não deveriam ser obrigados a adotar novos comportamentos, cabendo a eles decidir se passam os adotam ou não, chamado pelo autor de multiculturalismo; e por fim, a crença de que deveria existir uma segregação entre os nativos e imigrantes, não havendo contato, posição essa chamada de segregacionista. Richey afirma que, para a bibliografia ocidental multiculturalista, as posturas assimilacionista e segregacionista seriam contrárias a imigração, porém, o autor afirma que, no contexto japonês, o assimilacionismo não possui caráter excludente, pois visa integrar o estrangeiro à cultura e a sociedade japonesa, de forma que ele não abandone sua cultura, mas apenas integre os espaços e a cultura japonesa, em contraponto a crença segregacionista japonesa de que o estrangeiro não poderia absorver parte de sua cultura nem conviver propriamente com a sociedade. Nesse contexto, o exposto pelo autor corrobora o contato entre grupos apresentado por Laurence, Igarashi e Ishida (2022), pois, o contato positivo com o estrangeiro pode levar a aceitação e a integração desses indivíduos à sociedade japonesa. Além de que, Richey (2010) aponta que os assimilacionistas, por exemplo, possuem visões mais concretas e precisas quanto a criminalidade imigrante, que conversa com a redução do sentimento de ameaça apresentado no texto de Laurence.

Por fim, coube notar que autoridades japonesas constantemente se manifestam contra a imigração, afirmando que o Japão não se tornará um país de imigrantes, apesar de que suas políticas mostram o contrário, que, diversas vezes na história recente ele recorre à mão de obra estrangeira para suprir suas necessidades. Junto disso, sua política migratória corrobora com essa situação, pois ela incentiva a criação de mecanismos secundários para a contratação de estrangeiros, problema esse que poderia ser contornado com a criação de uma autoridade central para coordenar as políticas que hoje estão dispersas entre ministérios com interesses conflitantes. Dessa forma, Wakisaka (2024) também propõe uma série de mudanças para facilitar a produção de “portas frontais” para a imigração, entre elas está a verticalização do processo, já que, atualmente, os ministérios negociam de forma horizontal, onde cada um tem o mesmo poder de veto, o que leva a consultas intermináveis e apenas reformas mínimas e por isso, o autor defende um modelo que possua uma liderança fixa, como uma agência de migração, capaz de ditar a direção das políticas, junto da participação de um ministro da

imigração para coordenar e aplicar as reformas decididas no conselho (Wakisaka, 2024). Além disso, a percepção pública é muito afetada pela desinformação propagada por políticos e pela mídia, que influenciam no preconceito contra imigrantes, contudo, o contato prolongado com comunidades estrangeiras, por exemplo, é uma oportunidade para o aprendizado e diminuição do sentimento anti-imigração (Laurence *et al.*, 2022). Nesse contexto, vale destacar o conceito de divergência pragmática, que explicaria também um recuo à ideia anti-imigração, pois, a necessidade material urgente, como a falta de cuidadores de idosos, é capaz de diminuí-la (Davison *et al.*, 2021).

4. A RELAÇÃO DO NACIONALISMO COM A IMIGRAÇÃO NO JAPÃO

A formulação das políticas de imigração ao longo da história do Japão é indissociável do impacto exercido pelo nacionalismo, que atua como uma constante estrutural capaz de impor limites à criação de políticas migratórias plenas (Higuchi, 2024). Longe de ser um elemento mobilizado apenas em momentos de crise, o sentimento nacionalista molda a atuação do Estado japonês, que passa a operar sob uma “soberania autolimitada”. Além disso, o Japão apresenta um preconceito enraizado contra estrangeiros, que dificulta, inclusive a aceitação de indivíduos coétnicos, especialmente aqueles vindos de países considerados pobres, inferiores ou estigmatizados sob a visão japonesa (Ogaya *et al*, 2020; Tsuda, 2021).

Nesse quesito, Naoto Higuchi (2024) analisa a relação entre o nacionalismo e a formação das políticas de imigração, demonstrando como ele exerce influência e limita a produção de políticas plenas, entendendo o nacionalismo como uma constante nesse processo, em vez de uma variável mobilizada em certos momentos a favor de determinados movimentos políticos. O autor afirma que o Japão, nesse caso, atua com a “soberania autolimitada”, ou seja, limita os próprios recursos para lidar com questões referentes a imigração, com isso, o autor analisa como cinco fatores interagiram com o nacionalismo, em relação às políticas de imigração, sendo os fatores descolonização, direitos humanos, ligação sanguínea, demandas de trabalho e meritocracia.

Começando pelo processo de descolonização, após o fim da guerra, o Japão passou pelo processo de perda das colônias, junto da manutenção de sua homogeneidade étnica, por isso, políticas foram passadas incentivando a saída de pessoas das antigas colônias do Japão, enquanto minava os direitos de quem permanecia no país. Nesse caso, Higuchi utiliza-se das perspectivas dos coreanos, que, primeiramente, influenciaram os japoneses a tirar o direito de voto de cidadãos das colônias que moravam no país por medo da influência dos coreanos, depois, perderam o direito de escolher sua nacionalidade, para facilitar o processo de extradição forçada no Japão, e, aqueles que não conseguiram se adaptar à vida no país de origem e tentaram voltar ao Japão foram marginalizados e tratados como criminosos.

As relações diplomáticas acabaram por ter um peso contra o nacionalismo japonês, já que a situação legal dos coreanos se tornou uma questão importante para a Coreia do Sul, porém, o Japão não estabeleceu contato com a Coreia do Norte, o que, até o final do século, excluiu os indivíduos pró Coreia do Norte dos acordos com os sul-coreanos. A partir do início do governo de Park Chung-hee, em 1961, organizações sul-coreanas no Japão passaram a receber apoio oficial, o que levou a negociações entre os dois países, e, como resultado, em 1965, milhares de sul-coreanos receberam o status de residente permanente, e, 25 anos depois,

a situação dos descendentes foi legalizada, com a criação de um novo tipo de visto para residência permanente, e, dessa vez, a medida incluía todos os países que antes foram colônias japonesas. Apesar disso, os coreanos ainda sofrem preconceito no Japão e carecem de alguns direitos, como ao voto, o que foi agravado com o surgimento de grupos de ódio contra estrangeiros nas últimas décadas.

Entre esses grupos se destaca o *Zaitokukai* (Associação de cidadãos contra os privilégios especiais dos Coreanos residentes no Japão), que em dezembro de 2009, reuniu 11 membros nos portões da Primeira Escola Elementar Coreana de Quioto durante horário de aula e passaram a proferir xingamentos e obscenidades aos estudantes e funcionários com um alto-falante. Entre as ofensas, as crianças foram chamadas de criminosos, espiões norte-coreanos, e ouviram também que coreanos não podem ser confiados. Entre as crianças que foram vítimas desses ataques, alguns reportaram sintomas de TEPT (Transtorno de Estresse Pós-Traumático), como também passaram a questionar seus pais sobre sua identidade coreana. Um ano antes, em novembro de 2008, o mesmo grupo foi até a Universidade Coreana de Tóquio durante um festival aberto ao público e também proferiram ofensas aos estudantes, repetindo o ataque em 2009 e 2011 (Park-Kim, 2020).

Retomando, Higuchi (2024) continua seu texto abordando sobre como os direitos humanos influenciaram na revisão de políticas migração utilizando-se de dois casos. O primeiro é referente a imigração de mulheres filipinas, que entravam no Japão com vistos referentes a cantoras e dançarinas, mas, acabavam trabalhando como acompanhantes em bares. Dessa forma, em 2004, os Estados Unidos emitiram um relatório que classificou essas trabalhadoras como vítimas de tráfico sexual, pressionando o Japão a tomar uma providência nessa situação, que, temendo desgaste da relação com os Estados Unidos, o país passou a limitar a entrada dessas mulheres. O segundo caso aborda a situação de estrangeiros detidos no Japão, tema esse já combatido por ONGs, visto que a organização que lida com esses encarcerados, a Agência de Serviços de Imigração do Japão, possui uma autoridade discricionária vasta, permitindo detenções e ordens de deportação sem intervenção judicial ou limite de tempo. A Agência de Serviços de Imigração do Japão tentou passar revisões as leis de imigração, que visava reduzir a quantidade de detentos facilitando a deportação, o que levantou críticas, mas, após a morte de uma detenta do Sri Lanka, em 2021, logo antes do debate parlamentar fomentou protestos públicos contra a revisão, que acabou não sendo aceita. Nos dois casos o papel dos direitos humanos influenciou positivamente as políticas de imigração japonesa, advogando por indivíduos que estavam com problemas sob território japonês.

Não é primeira vez que a ASI se envolve em polêmicas envolvendo o tratamento de estrangeiros, houve relatos de ex-detentos, ex-funcionários da ASI e por processos jurídicos sobre abusos físicos e sexuais contra encarcerados, casos de suicídio, morte, protestos de detentos e greves de fome, feitas com o objetivo de questionar a prisão, aplicada sem previsão de saída. Constantemente, prisioneiros recorrem a protestos para pedir melhores condições de tratamento, e, em 2019, aconteceu um dos maiores protestos de internos, após a morte de um detento nigeriano, por conta de uma greve de fome, reunindo 95 pessoas etnicamente diversas, lutando pela morte do companheiro, além de pedirem por um lugar mais adequado, pois as celas eram pequenas e muito populadas. A ASI administra o status de visto e as atividades de cidadãos estrangeiros em três áreas principais, sendo elas o controle de entrada de estrangeiros, a gestão de residentes estrangeiros além dos portos de entrada, e o controle da deportação. Entretanto, a agência atua de forma forte e autônoma, em que a autoridade da ASI fundamenta-se no conceito de "discrecionabilidade administrativa" (*gyōsei sairyō*), que permite aos oficiais agirem com grande liberdade em questões não especificadas por lei, nesse caso, além disso, a execução administrativa não está sujeita à lei que rege a administração pública, a Lei de Procedimentos Administrativos (1993) - que busca garantir uma equidade na gestão administrativa e transparência na gestão pública - pois a administração da imigração e deportação encontra-se isenta desse dispositivo, tornando a ASI blindada de acusações contra falhas no serviço e má conduta. Por fim, vale a pena destacar que, dentro da agência, existe uma mentalidade que não reprime o uso da violência contra os detentos, pois, para eles, ela seria justificada contra esses migrantes irregulares (Endoh, 2022).

Dando prosseguimento ao capítulo de Higuchi (2024), como foi tratado anteriormente, na década de 1990 o Japão passava por uma grande falta de mão de obra, e, para suprir a demanda contornando os ataques de setores conservadores, as autoridades decidiram criar um visto para descendentes de japoneses, sob a justificativa de que eles também eram japoneses e poderiam retornar. Por causa desse programa, o Japão recebeu uma quantidade de descendentes da China maior do que o esperado, junto com uma grande quantidade de latino-americanos, especialmente do Brasil e Peru, por conta da situação econômica que viviam ambos os países, e, para os peruanos por conta também de questões de segurança. Entretanto, essas pessoas acabaram sendo marginalizadas, por falta de programas de integração, devido a crença no Japão de que eles iriam se adaptar fácil à sociedade, fazendo o país recuar por um tempo na aceitação dos *nikkeijin*. Porém, em 2017, inesperadamente, o primeiro-ministro da época, Shinzo Abe, acabou por acatar a ideia de estender os vistos para descendentes de quarta geração.

Embora os *Nikkeijin* tenham sido aceitos sob a premissa de proximidade racial e cultural com os japoneses nativos, eles são frequentemente inseridos em uma rígida hierarquia nacional baseada no prestígio global de seus países de origem, em que, nesse sistema, descendentes de origem estadunidense são vistos como profissionais qualificados ou estudantes de elite, enquanto nipo-brasileiros e nipo-peruanos são estigmatizados como trabalhadores braçais. Tsuda (2021) explica essa situação por meio do conceito de racismo coétnico, que se refere ao preconceito contra pessoas que pertencem à mesma raça ou etnia, mas que são diferenciados e hierarquizados por sua nacionalidade. Esse conceito é entendido como racismo pois, apesar de parecerem pertencer a mesma raça, as diferenças culturais e nacionais são entendidas como imutáveis, inferiores e intrínsecas ao nascimento, por conta disso, a sociedade hospedeira - nessa situação, o Japão - acredita que as características dos “diferentes” não podem ser modificadas, e o que os impediria de se integrarem a sua sociedade. Junto disso, é aplicada uma hierarquia fundamentada nas desigualdades históricas e estruturais entre os países, além do status do país no sistema internacional, nesse caso, sobre a ótica japonesa, muito influenciada pela propaganda dos Estados Unidos, junto de suas próprias percepções sobre, especialmente, dos países em seu entorno. Na prática, descendentes vindos de países considerados hierarquicamente inferiores são tratados de forma mais rude, e sofrem com estigmas e separação social.

Cabe comentar também a existência do termo *hāfu*, adaptação para japonês da palavra em inglês *half*, que significa “metade”, e é utilizado para se referir a pessoas de ascendência mista. Após a Segunda Guerra Mundial, utilizava-se o termo *konketsu-ji*, que significava “criança de sangue misto”, ele possuía uma conotação altamente negativa, sendo associado a “problemas sociais”, pobreza, abandono e à ocupação militar estrangeira, com as crianças, muitas vezes filhas de soldados americanos e mulheres japonesas, sofriam racismo e *bullying* severos, e, além disso, o governo da época negava a existência de problemas raciais, o que corroborava para a invisibilização dos problemas dessas pessoas. A partir da década de 1970, o termo *hāfu* substituiu *konketsu-ji*, muito por conta do contexto de crescimento econômico e valorização da cultura e valores dos Estados Unidos e da Europa. Dessa vez, a nova palavra se referia majoritariamente a aparência, pela presença de traços ocidentais, e nas habilidades linguísticas envolvendo a língua inglesa, além de que, a imagem de guerra e pobreza foram substituídas pela ideia de consumo. Apesar de ativismos contra o termo, advindo de movimentos de pais e grupos de apoio durante a década de 1990, que tentaram introduzir a palavra *daburu*, do inglês *double*, que significa “duplo”, não houve apelo público o suficiente para a nova troca de expressão (Ogaya et al, 2020).

Atualmente, a palavra ainda é utilizada, sendo cooptada pela mídia e utilizadas como mercadoria, celebrando modelos, celebridades, atletas, mas essa aceitação é condicional e muitas vezes baseada em quão "benéfica" sua diversidade é para a economia ou imagem do país. Entretanto, essas pessoas continuam sendo tratadas como “mestiços”, e não japoneses puros, além de que, casos de racismo são invisibilizados pela mídia, como o caso do suicídio da estudante de 12 anos Akiko Uemura, em dezembro de 2010, que sofria ataques por sua ascendência filipina, em que a mídia e as autoridades inicialmente classificaram o caso apenas como *bullying*, omitindo o fator racial. Fora do ambiente midiático, as pessoas constantemente são alvo de policiamento discriminatório, *bullying* em ambientes escolares e de trabalho, além de serem tratados como estrangeiros. Existe também o fetichismo sexual em relação a esses indivíduos, pois ocorre uma objetificação por conta de serem “mistos” com estrangeiros, algo “diferente” e atrativo, especialmente entre o público masculino heterossexual, havendo inclusive um forte nicho de pornografia envolvendo esse tema (Ogaya *et al*, 2020).

Finalizando o texto de Higuchi (2024), outro fator que por vezes colaborou para a imigração foi a demanda de trabalho, visto que, a partir da segunda metade do século XX esse se tornou um tema recorrente no Japão, por conta da falta de mão de obra, principalmente, no setor industrial. Em diferentes momentos, apesar da “regra de ouro” e do entendimento interno de que o país não se tornaria foco para imigrantes, o Japão recorreu a trabalhadores estrangeiros, que entraram por “portas laterais”, já que os legisladores e empresas que desejavam a vinda de trabalhadores não queriam contradizer esses entendimentos. Porém, dentro dessa questão se encontra o último fator levantado por Higuchi (2024), a meritocracia, já que, os japoneses demonstram maior resistência a trabalhadores não qualificados em comparação a mão de obra qualificada, tornando mais fácil para eles aceitar trabalhadores qualificados, mesmo com uma certa resistência.

Dessa forma, o texto de Higuchi apresenta uma análise interessante ao tema, pois, ao tratar o nacionalismo como uma constante, apresentar situações em que ele foi contestado demonstram suas ideias e como eles atuam, além de meios para contestação, como a pressão estrangeira, pressão interna, e os discursos criados para contorná-los. Nesse caso, cabe destacar o papel da retórica, pois, o nacionalismo acaba afetando os discursos, que, por um lado, diz que o Japão não vai ser um país de imigrantes e que não se deve aceitar trabalhadores não qualificados, mas na verdade está recorrentemente utilizando trabalho estrangeiro, criando uma distorção da realidade, impedindo que políticas migratórias e de integração sejam aplicadas da forma mais adequada, visto o constante uso de “portas laterais” para implementar políticas de migração.

O nacionalismo impacta também na opinião pública referente ao tema, utilizando-se também do discurso e da posição de prestígio dos partidos de direita e matérias sensacionalistas da mídia para influenciar o entendimento dos cidadãos nessa questão (Laurence *et al.*, 2022). Um exemplo de narrativa como tática política foram as disputas territoriais do Japão com China e Coreia do Sul pelas ilhas Senkaku e Takeshima³, respectivamente. Essas disputas são frequentemente utilizadas por figuras políticas para criar um senso de crise nacional que exige respostas assertivas, que ressoam amplamente na mídia, como a proposta de comprar as ilhas Senkaku, que conseguiu arrecadar uma enorme quantia de dinheiro por meio de doações de civis, apelando ao sentimento nacionalista da população, permitindo que residentes estrangeiros, nesse caso, especialmente chineses e coreanos, sejam pintados como ameaças diretas aos interesses e à segurança da nação (Dalko, 2025).

A principal crença presente na sociedade japonesa é a ideia de homogeneidade, que remonta a consolidação do regime Meiji, e desboca no excepcionalismo japonês, pensamento de que o Japão é um país único e de que não poderia ser compreendido por estrangeiros. Livros fundadores que expressam uma ideia de “japonidade”, como o *nihonjinron*, se tornaram um tipo de “sociologia popular” que alimenta e consolida as impressões do senso comum, sedimentando pensamentos e comportamentos associados ao que seria “ser japonês”. O Japão utilizou bastante esse argumento para se esquivar de críticas e negociar no campo internacional (Ortiz, 2000).

Nesse cenário, recentemente, autores japoneses descrevem o Japão contemporâneo como uma “sociedade dividida”, ou, em japonês, *bundan shakai*. *Bundan* é uma palavra japonesa comum utilizada para se referir à destruição de infraestruturas em desastres naturais ou a separações geopolíticas internacionais, mas, a partir de 2016, a palavra passou a ser utilizada para problemas sociais internos, quando o jornal *Asahi Shimbun* iniciou uma série de artigos intitulada *Bundan Sekai* (O Mundo Dividido), em que o termo passou a ser frequentemente associado ao crescimento da disparidade socioeconômica dentro do país. No meio acadêmico, o conceito ganhou força através dos trabalhos do economista Eisaku Ide, cujas ideias influenciaram formuladores de políticas e chamaram a atenção da mídia para o Japão

³ No caso das Ilhas Senkaku - disputadas com a China, que as chama de Diaoyu - a tensão atingiu o ápice quando o então governador de Tóquio, Shintarō Ishihara (1999-2012), propôs que o governo as comprasse de seus proprietários privados. Essa iniciativa mobilizou a opinião pública, gerando cerca de 1,47 bilhão de ienes em doações de cidadãos e grupos nacionalistas, o que forçou o governo a nacionalizar as ilhas para precaver a ação de Ishihara, desencadeando violentos protestos anti-Japão na China. Paralelamente, a disputa pelas Ilhas Takeshima - disputadas com a Coreia do Sul, que as chama de Dokdo - inflamou-se no mesmo ano após uma visita do presidente sul-coreano Li Myung-bak ao arquipélago, vista pelo Japão como uma provocação à sua soberania (Dalko, 2025).

como uma sociedade fragmentada. O termo busca demonstrar que existe um estado de separação profunda e falta de comunicação entre diferentes grupos da sociedade, o que, resulta na perda da capacidade das pessoas em imaginar ou compreender as realidades e dificuldades daqueles que vivem em outros pontos da sociedade (Shiobara, 2020).

Dessa forma, surge um sentimento de vulnerabilidade e impotência, por conta de reformas neoliberais, que trouxeram uma divisão social entre “vencedores” e “perdedores”, além de um pensamento de que problemas como desemprego e pobreza seriam questões individuais e não estruturais (McCormack *et al*, 2020). Junto disso, o modelo pós-guerra, que pressupunha um emprego vitalício, senioridade e segurança social provida por empresas e famílias, colapsa na década de 1990, o que gerou antagonismos entre gêneros, gerações e tipos de empregados (regulares e irregulares). Esse sentimento de desproteção acabou fazendo a maioria da população a se enxergarem como vítimas, o que os leva a projetar sua raiva nos setores minoritários - como deficientes, imigrantes, residentes coreanos - manifestando-se como exclusivismo e xenofobia. Nesse contexto, a vulnerabilidade atua entre todos os grupos, entretanto, as minorias, entre elas, os migrantes, acabam sofrendo mais, não só pelos problemas materiais, mas como também pelo ódio de grupos majoritários que encontram, no ataque ao “outro”, uma tentativa de endurecer a própria identidade diante da insegurança material e ontológica (Shiobara, 2020).

Portanto, observa-se que o nacionalismo pode ser entendido como uma constante no processo de criação de políticas públicas sobre imigração, em que partidos de direita reafirmam constantemente sua postura contra a entrada de estrangeiros, principalmente sobre o pretexto de manter a pureza da cultura e sociedade japonesa, que seria danificada com a presença de imigrantes (Davison *et al.*, 2021; Higuchi, 2024). A evolução das políticas para os *nikkeijin* e a expansão dos vistos para a quarta geração revelam que, mesmo quando o sangue japonês é invocado como justificativa, a aceitação é hierarquizada pelo prestígio do país de origem, configurando o que Tsuda (2021) define como racismo coétnico. Esse fenômeno, somado à exclusão enfrentada pelos indivíduos de ascendência mista demonstra o preconceito enraizado no Japão, bem como sua falta de interesse em combater essa situação, tendo em vista os casos de invisibilização proposital (Ogaya *et al*, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nacionalismo japonês pôde ser visto como uma constante entre os processos que envolviam a produção e prática das políticas migratórias, muito por conta da agência de grupos conservadores como o PLD, *Nippon Kaigi* e *Jinja Honcho*, servindo como um obstáculo forçando o país a implementar uma “soberania autolimitada”, restringindo seus próprios recursos para lidar com a imigração em nome da preservação da identidade nacional. Por conta disso, as políticas oficiais acerca do tema se mantiveram confusas e complexas, resultando numa recorrente produção de “portas laterais” para facilitar a entrada de estrangeiros em momentos de necessidade, acompanhadas de um discurso suavizador para acalmar os setores conservadores e “garantir” que o Japão não se tornará um país de imigrantes (Boyd, 2019; Higuchi, 2024; Wakisaka, 2024). A situação dos imigrantes que vivem no país também um ponto de destaque, tendo em vista o preconceito e a separação social. Essa discriminação afeta também indivíduos com ascendência japonesa, como os *nikkeijins*, justamente por não serem apenas descendentes de japoneses, o que leva a um preconceito a parte, fundamentado no *status* internacional que o país da segunda descendência carrega sob a ótica japonesa (Tsuda, 2021).

Nesse quesito, o conceito de “divergência pragmática” pode representar uma mudança na visão do país em relação a imigração, já que, tendo em vista um maior benefício material ou um grande imperativo pessoal, as pessoas podem ser levadas a mudar de opinião. Nesse caso, se destaca a questão dos enfermeiros e cuidadores de idosos, duas áreas em queda no Japão, que, internamente, não possui a mão de obra para suprir a crescente demanda, agravada pelo envelhecimento populacional (Davison *et al.*, 2021). Além disso, o crescente contato com estrangeiros também pode ajudar a mudar a perspectiva dos japoneses, mesmo que, inicialmente, possa surgir um sentimento de ameaça, as oportunidades de interação aumentam, o que pode possuir um efeito positivo compensatório nas atitudes dos nativos (Nagayoshi, 2009; Laurence *et al.*, 2022).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOYD, Matthew David. “Towards a Beautiful Country”: The Nationalist Project to Transform Japan. *Political Science Undergraduate Review*, v. 4, n. 1, p. 81-92, 2019.

BURUMA, Ian. **Inventing Japan, 1853–1964**. New York: Modern Library, 2003.

DALKO, Katharina. **Discursive opportunities in foreign policy—How territorial disputes drive right-wing populist support in Japan**. *Frontiers in Political Science*, v. 7, 2025.

DAVISON, Jeremy; PENG, Ito. **Views on immigration in Japan: identities, interests, and pragmatic divergence**. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 47, n. 11, p. 2578-2595, 2021.

DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos. **A política externa japonesa de Shinzō Abe para a Coreia do Sul (2012-2020): um retrospecto histórico-identitário das feridas coloniais na contemporaneidade**. 2022.

ENDO, Toake. **Problems from Leviathan’s Cells**. In: ENDO, Toake (org.). *Open Borders, Open Society? Immigration and Social Integration in Japan*. Opladen; Berlin; Toronto: Verlag Barbara Budrich, 2022. Cap. 1, p. 41-70.

GREGG, Fergus. **Anti-immigration sentiment rises in Japan despite growing demand for foreign workers**. ABC News, 7 jun. 2026. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2026-06-08/anti-immigration-sentiment-rises-in-japan/106705924>. Acesso em: 3 jul. 2026.

HIGUCHI, Naoto. **Immigration and nationalism in Japan**. In: SAMERS, Michael; RYDGREN, Jens. *Migration and nationalism: Theoretical and empirical perspectives*. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2024. Cap. 7, p. 136-155.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Trad. Maria Celia PAOLI e Anna Maria QUIRINO. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KITAOKA, Shinichi. **The Political History of Modern Japan: foreign relations and domestic politics**. Tradução de Robert D. Eldridge e Graham Leonard. Abingdon; New York: Routledge, 2018.

LAURENCE, James; IGARASHI, Akira; ISHIDA, Kenji. **The Dynamics of Immigration and Anti-Immigrant Sentiment in Japan: How and Why Changes in Immigrant Share Affect Attitudes toward Immigration in a Newly Diversifying Society**. *Social Forces*, v. 101, n. 1, p. 369-403, set. 2022.

MCCORMACK, Noah; KAWABATA, Kohei. **Inclusion and exclusion in neoliberalizing Japan**. In: SHIOBARA, Yoshikazu; KAWABATA, Kohei; MATTHEWS, Joel (org.). *Cultural and Social Division in Contemporary Japan: Rethinking Discourses of Inclusion and Exclusion*. London; New York: Routledge, 2020. Cap. 1, p. 26-43.

NAGAYOSHI, Kikuko. **Whose Size Counts? Multilevel Analysis of Japanese Anti-Immigrant Attitudes Based on JGSS-2006**. JGSS Research Series, n. 9, p. 157-174, 2009.

ODA, Ernani. **Condições estruturais do nacionalismo japonês recente**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 103, p. 11-38, 2018.

ORTIZ, Renato. **O próximo e o distante: Japão e modernidade mundo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PARK-KIM, Wooki. **Ethnic “Korean schools” confront discrimination, hate speech and hate crime: exclusionism from “above and below” in contemporary Japan**. Tradução de Joel Matthews. In: SHIOBARA, Yoshikazu; KAWABATA, Kohei; MATTHEWS, Joel (org.). *Cultural and Social Division in Contemporary Japan: Rethinking Discourses of Inclusion and Exclusion*. London; New York: Routledge, 2020. Cap. 3, p. 68-84.

RICHEY, Sean. **The Impact of Anti-Assimilationist Beliefs on Attitudes toward Immigration**. *International Studies Quarterly*, v. 54, n. 1, p. 197-212, mar. 2010.

ROBERTS, Glenda S. **An Immigration Policy by Any Other Name: Semantics of Immigration to Japan**. *Social Science Japan Journal*, v. 21, n. 1, p. 89-102, 2018.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. Editora Contexto, 2007.

SASAKI, Elisa Massae. **Estudos de Japonologia no período Meiji**. *Estudos Japoneses*, n. 37, p. 19-32, 2017.

SHIMOJI, Lawrence Yoshitaka; OGAYA, Chiho. **Exclusionism targeting international marriage couples and their children**. In: SHIOBARA, Yoshikazu; KAWABATA, Kohei; MATTHEWS, Joel (org.). *Cultural and Social Division in Contemporary Japan: Rethinking Discourses of Inclusion and Exclusion*. London; New York: Routledge, 2020. Cap. 6, p. 118-132.

SHIOBARA, Yoshikazu. **Introduction: social division and exclusionism in contemporary Japan**. In: SHIOBARA, Yoshikazu; KAWABATA, Kohei; MATTHEWS, Joel (org.). *Cultural and Social Division in Contemporary Japan: Rethinking Discourses of Inclusion and Exclusion*. London; New York: Routledge, 2020. p. 1-25.

SMITH, Anthony D. **Nationalism: Theory, Ideology, History**. 2nd edition. Cambridge: Polity Press, 2010.

STRAUSZ, Michael. **Help (Not) Wanted: Immigration Politics in Japan**. Albany: State University of New York Press, 2019.

TSUDA, Takeyuki (Gaku). **Racism without racial difference? Co-ethnic racism and national hierarchies among Nikkeijin ethnic return migrants in Japan**. *Ethnic and Racial Studies*, v. 45, n. 4, p. 595-615, 2021.

WAKISAKA, Daisuke. **Unraveling Migration Policy-Making in the Land of “No Immigrants”: Japanese Bureaucracy and the Discursive Gap**. *International Migration Review*, v. 58, n. 3, p. 1507-1531, 2024.